

Revista Gepesvida

Edição Especial

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Número 12. Volume 5. 2019-2. ISBN: 2447-3545.



AS AVENTURAS VIVENCIADAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Gabriela Dutra Caldeira
Iza Vieira Bornazakis

RESUMO

Este artigo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a questão da alfabetização no Brasil. Aborda o histórico encontrado no país, tendo como referencial Magda Soares, traz para pauta a construção da linguagem escrita, segundo Ferreiro & Teberosky e reflete sobre iniciativas criadas pelo governo federal e sua relação com as escolas de educação básica nas classes de alfabetização. Este embasamento teórico norteou nossas práticas no Programa Residência Pedagógica e nos leva a refletir sobre a formação de professores no curso de pedagogia. A tomada de consciência vem de iniciativas que nos dão contato com a realidade que iremos encontrar dentro de sala quando nós formos as professoras regentes, responsáveis pela formação das crianças. Saímos desta etapa de nossa formação com uma vontade de querer mais, de que podemos mais e de que somos capazes de mudar a vida das crianças, promovendo a elas que tenham a melhor etapa da sua vida escolar na classe de alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização; construção da linguagem escrita; Programa Residência pedagógica.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the issue of literacy in Brazil. Approaching the history found in the country, having as reference Magda Soares, brings to the agenda the construction of written language, according to Ferreiro & Teberosky and reflects on initiatives created by the federal government and its relationship with schools of basic education in literacy classes. This theoretical basis guided our practices in the Pedagogical Residency Program and leads us to reflect on the training of teachers in the pedagogy course. Awareness comes from initiatives that give us contact with the reality we will encounter in the

Revista Gepesvida

classroom when we are the conducting teachers responsible for the education of children. We leave this stage of our formation with a desire to want more, that we can do more and that we are able to change the lives of children, promoting them to have the best stage of their school life in the literacy class.

Keywords: Literacy; written language construction; Pedagogy Residency Program.

1 INTRODUÇÃO

O tema central abordado neste artigo tem como objetivo discutir a questão da alfabetização no Brasil, bem como sua história e as consequências do fracasso escolar nos anos iniciais. O tema tratado aqui, busca esclarecer a questão dos métodos de alfabetização e sua perspectiva a partir da Base Nacional Comum Curricular, que norteia nossas práticas com as crianças. Este artigo também tratará de abordar um tema novo e muito discutido em torno da alfabetização, que é o letramento.

A aprendizagem inicial da leitura e escrita é o que denominamos alfabetização. Com a chegada do século XIX, segundo Soares (2018, p.16), o Brasil sentiu a “necessidade de implementação de um processo de escolarização que propiciasse às crianças o domínio da leitura e escrita”. Como consequência, começou a ser pensado como garantir este domínio, daí em diante entramos na questão dos métodos que ainda é um motivo de controvérsia na educação. Já o termo letramento é considerado atual no campo da educação no Brasil, e é compreendido como o um processo histórico-cultural, sendo consequência do contato do indivíduo com o processo de alfabetização.

Pensar alfabetização e letramento como uma consequência cultural da prática escolar nos anos iniciais, nos leva a refletir o papel do professor, do aluno e do contexto social que nos cerca. Pensar um processo prazeroso para desenvolver as habilidades de leitura e escrita nas crianças no ensino fundamental nos traz a necessidade de abordar neste artigo as teorias mais discutidas sobre este tema no Brasil. Antes de refletirmos sobre estas teorias, precisamos entender um pouco mais sobre o processo histórico de alfabetização e a questão do analfabetismo no Brasil.

2 A QUESTÃO HISTÓRICA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Como falado anteriormente, Soares (2018) aborda em seu livro *Alfabetização – A questão dos métodos o contexto histórico da alfabetização no Brasil e suas consequências para a situação que é encontrada ainda hoje nas escolas de educação básica*. Saber sobre este processo de constituição nos faz refletir sobre nossa prática dentro de sala e nos faz aprender a “relativizar a importância do método, que não pode ser considerado A questão, na alfabetização” (SOARES, 2018).

O período de 1880 até 1980 se trata de um momento histórico marcado pelo colapso dos impérios. Nos campos pedagógicos da leitura e escrita neste período, encontramos duas vias que estavam disputando o poder na educação: os métodos sintéticos e os métodos analíticos. Neste período, alfabetizar era sinônimo de civilizar e disciplinar as crianças para um país sem analfabetos. O método sintético é conhecido como os tipos: Soletivo, fônico e silábico e utiliza a correspondência entre a linguagem oral e escrita, som e grafia. O método analítico analisa a palavra como um todo, iniciando por frases e não por letras e sons, como no sintético, o analítico também possui três tipos: Palavração, sentencição e historieta.

A prioridade dada ao valor sonoro nos tipos de métodos sintéticos fora defendida pelo autor da *Cartilha Nacional*, Hilário Ribeiro (1936) que via o processo de alfabetização como o conhecimento dos valores fônicos das letras, pois é com este valor que as crianças irão ler. Já a abordagem que consideraria a psicologia da criança com uma aprendizagem significativa era defendida pelo método analítico. Enquanto um método defende a abordagem a partir de unidades menores, o outro, parte de unidades maiores em direção as menores. Ambos consideram a criança como um aprendiz que recebe o conhecimento do professor.

No mesmo período onde a discussão dos métodos passa a ser o tema central, temos o surgimento do caráter psicológico da criança neste processo, Mortatti diz que:

[...] até aproximadamente o final da década de 1970, funda-se uma outra nova tradição no ensino da leitura e da escrita: a alfabetização sob medida, de que resulta o como ensinar subordinado à maturidade da criança a quem se ensina; as questões de ordem didática, portanto, encontram-se subordinadas às de ordem psicológica (MORTATTI, 2006, p.10).

Revista Gepesvida

Nesta perspectiva entramos numa teoria construtivista, onde o foco é a prática pedagógica do estímulo, respeitando as peculiaridades de cada criança, o que torna a ideia de um método único, uma questão de falência na alfabetização. Com esta revolução conceitual, autores começam a se apoiar na visão de Piaget, que em sua teoria mostra níveis de conhecimento que são atingidos pelas crianças no decorrer de sua infância, e que enquanto mais rico for o ambiente em que esta criança está inserida, este processo irá ocorrer de forma mais rápida e prazerosa. O sujeito nasce com capacidades que devem ser estimuladas em seu contato de interação com o mundo.

No meio desta discussão, com a criação tipos de cartilhas que seguiam linhas de raciocínio fixas, o fracasso escolar estava crescendo e não se concentrava mais apenas na fase inicial da escolarização. Visando solucionar este problema foram criados documentos como os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs) e a Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB) que direcionam os professores, as escolas, os municípios e os estados para a promoção de uma educação de qualidade. Em 2014 também foi aprovado pelo Congresso Federal o Plano Nacional de Educação (PNE) que tem 20 metas previstas que devem ser cumpridas até 2024. Uma destas metas é “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o fim do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental” (PNE, 2014). Para atender esta meta, foi criado o PNAIC (Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa), uma formação com experiências integradoras e políticas educacionais destinada aos professores que atuam no ciclo de alfabetização. Com o mesmo fim, foi criada a Prova ABC (Prova Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização) que pretende criar um indicador para identificar o nível de alfabetização destas crianças que estão saindo do 3º ano do ensino fundamental.

Hoje, o documento que norteia o currículo das escolas de educação básica é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que foi tornada pública em 2015 pelo Ministério da Educação. O documento atual abrange todas as áreas, desde a educação infantil até o ensino médio.

3 A CONSTRUÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA PELAS CRIANÇAS NOS ANOS INICIAIS

Ao fazermos uma análise sobre as literaturas disponíveis sobre o processo de alfabetização vemos duas linhas de raciocínio, aquelas que querem descobrir qual a melhor metodologia e as que se dedicam a entender as capacidades da criança e seus progressos neste processo. Para a efetivação de uma prática alfabetizadora pensamos um contexto que é necessário ser objetivado com três condições que se tornam indispensáveis: a motivação; as habilidades cognitivas e motoras; domínios sociais específicos de inserção do mundo letrado na vida cotidiana desta criança.

Problematizando as hipóteses adotadas na teoria da psicogênese da língua escrita formulada por Ferreiro & Teberosky (1986) resgatamos o processo que o alfabetizando precisa passar até que chegue em um nível alfabético da língua escrita. Este suporte teórico que apresenta uma base construtivista nos mostra o conhecimento como algo produzido pelo indivíduo, que passa a ser o sujeito do processo de aprendizagem e não o objeto. Com suas concepções demonstrava que o fracasso escolar é de dimensão social e não uma consequência da vontade individual do ser. Para Ferreiro & Teberosky (1986):

[...] pretendemos demonstrar que a aprendizagem da leitura, entendida como questionamento a respeito da natureza, função e valor deste objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos. Que além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los, segundo sua própria metodologia... insistiremos sobre o que se segue: trata-se de um sujeito que procura adquirir conhecimento, e não simplesmente de um sujeito disposto ou maldisposto a adquirir uma técnica particular. Um sujeito que a psicologia da lecto-escrita esqueceu [...] (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986, p. 11).

A psicolinguística trouxe uma nova visão de que a criança procura entender o mundo letrado a sua volta, a natureza da sua língua falada e busca formular hipóteses e reconstrói de seu modo individual a linguagem previamente conhecida. Construtivistas, Ferreiro & Teberosky (1974) concebem que o processo de aquisição do conhecimento é resultado da ação do próprio sujeito e não de métodos e de outras pessoas. Em sua teoria trazem diferentes níveis de alfabetização alcançados pelas crianças até que cheguem ao processo alfabético.

Revista Gepesvida

Fase Pré-Silábica: Processo em que as crianças confundem o modo de representação icônico (desenho) com o não icônico (escrita). Nesta fase as crianças se tornam capazes de diferenciar o icônico do não icônico.

Fase Silábica: A criança tem consciência de que as letras formam palavras, porém ainda não consegue relacionar todos grafemas/fonemas então interpreta as letras da sua maneira. Cada sílaba representa uma letra.

Fase Silábica-Alfabética: A criança começa a compreender que as sílabas possuem mais de uma letra.

Fase Alfabética: Consegue reproduzir adequadamente os fonemas da linguagem oral, dando o devido valor as letras e sílabas caracterizando a linguagem convencional, mas ainda pode apresentar dificuldades ortográficas.

Existe um equívoco praticado pelos professores e encontrado no processo de alfabetização, eles vêm se preocupando tanto com a questão dos métodos que deixam de levar em consideração estas fases apresentadas pelas crianças, desmerecendo e desmotivando seu conhecimento quando ele não tem valor alfabético ou ortográfico. Segundo Ferreiro:

Fundamentalmente a aprendizagem é considerada, pela visão tradicional, como técnica. A criança aprende a técnica da cópia, do decifrado. Aprende a sonorizar um texto e a copiar formas. A minha contribuição foi encontrar uma explicação, segundo a qual, por trás da mão que pega o lápis, dos olhos que olham, dos ouvidos que escutam, há uma criança que pensa. Essa criança não pode se reduzir a um par de olhos, de ouvidos e a uma mão que pega o lápis. Ela pensa também a propósito da língua escrita e os componentes conceituais desta aprendizagem precisam ser compreendidos. (FERREIRO, 1985, p. 14).

Partindo deste pensamento, compreendemos que a alfabetização deve ser significada, contextualizada. Esta consciência nos mostra que não a necessidade de que primeiro seja aprendida a técnica para que se possa dar início ao processo de letramento, para isso é necessário que se tenha a definição do que é alfabetização e do que é o letramento. Soares (2003) define alfabetização como:

[...] tomando-se a palavra em seu sentido próprio como o processo de aquisição da “tecnologia da escrita”, isto é, do conjunto de técnicas - procedimentos, habilidades – necessárias para a prática da leitura e da escrita: as habilidades de codificação de fonemas em grafemas e de decodificação de grafemas em fonemas, isto é, o domínio do sistema de escrita (alfabético, ortográfico); [...] habilidades de uso de instrumentos de escrita (lápis, caneta, borracha, corretivo, régua, de equipamentos como máquina de escrever, computador...), habilidades de escrever ou ler seguindo a direção correta na página (de cima

Revista Gepesvida

para baixo, da esquerda para a direita), habilidades de organização espacial do texto na página, habilidades de manipulação correta e adequada dos suportes em que se escreve e nos quais se lê - livro, revista, jornal, papel sob diferentes apresentações e tamanhos (folha de bloco, de almaço, caderno, cartaz, tela do computador...). Em síntese: alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita. (SOARES, 2003^b, p. 80).

Já o letramento é considerado por Soares (2003):

[...] exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se letramento, que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou informar-se, para interagir com outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à catarse...; habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos; habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever; atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e prazer em ler e escrever, sabendo utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetos, o interlocutor... (SOARES, 2003^b, p. 80).

A alfabetização e o letramento são dois processos distintos que constituem o processo da linguagem escrita. Apesar de se tratar de uma teoria construtivista devemos interpretar de maneira que o professor se encontre como o mediador deste conhecimento já que para Vygostky (1991, p. 101), "O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer." A criança deve se apresentar como um sujeito ativo e detentor de conhecimentos, como Freire (1989) propõe que "A leitura do mundo precede a leitura da palavra".

4 A RELAÇÃO ENTRE O PACTO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR COM O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLAS

Os anos iniciais e o processo de alfabetização são a parte mais importante da vida escolar de uma criança, neste momento ela começa a compreender e se sente como parte integrante do mundo letrado. Escolher ser um professor participante deste processo é no mínimo difícil e muito desafiador, pois muitos não estão preparados para as dificuldades que vão encontrar. Os dados apresentados pelo Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf) de 2018 mostrou que a taxa de analfabetismo funcional que estava

Revista Gepesvida

estagnada, agora vem aumentando, mostrando que 29% da população entre 15 e 64 anos se encaixam neste perfil.

A BNCC e o PNAIC se tornam então grandes norteadores e servem para auxiliar o professor no processo de organização do ensino e de suas práticas. A BNCC foi criada não com o intuito de ser um currículo obrigatório, mas sim um documento que evita que o professor ensine conteúdos que não sejam necessários para determinada faixa etária. Já o PNAIC se trata de um pacto que se preocupa com a formação dos professores que irão atuar como alfabetizadores, disponibilizando cursos e materiais didáticos para que a prática do professor seja mais assertiva e para que ele tire suas dúvidas. Estas duas iniciativas criadas pelo Governo Federal possuem cunhos diferentes, porém se complementam para que a criança tenha uma formação de qualidade.

O PNAIC foi elaborado a partir de “direitos de aprendizagem gerais, que permeiam toda a ação pedagógica” (BRASIL, 2013, p. 31) e “de conhecimentos e capacidades específicos organizados por eixo de ensino da Língua Portuguesa: Leitura, Produção de textos Escritos, Oralidade, Análise Linguística” (BRASIL, 2013, p. 31). Além do caderno do PNAIC, em 2012 o Ministério da Educação e o Conselho Nacional da Educação criaram o documento Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1o, 2o e 3o anos) do ensino fundamental. O documento tem a estrutura parecida com a da BNCC, é organizado com eixos estruturantes e objetivos de aprendizagem.

Na BNCC as áreas de linguagem estão divididas em:

[...] em cinco eixos, que dizem respeito a práticas e a conhecimentos de linguagem. São eles: apropriação do sistema de escrita alfabético/ortográfico e de tecnologias da escrita, oralidade, leitura, escrita e análise linguística, sendo este último transversal aos demais” (BRASIL, 2015, p. 38).

Outra proposta de currículo é o Pró-letramento Alfabetização e Linguagem ofertado pelo Governo Federal que traz, além destes eixos apresentados na BNCC o eixo de Compreensão e valorização da cultura escrita que pode e deve ser incluído na prática dos professores. Nos anos iniciais do ensino fundamental, segundo a BNCC o eixo principal:

[...]contempla o conhecimento das letras do alfabeto, a compreensão dos princípios de funcionamento do sistema e o domínio das convenções que regulam a correspondência entre letras ou grupos de letras e seu valor sonoro,

Revista Gepesvida

de modo a levar os/as estudantes a ler e a escrever palavras e textos (BRASIL, 2015, p. 38).

A alfabetização é pensada como a aquisição da tecnologia da escrita e o letramento está ligado aos aspectos funcionais e:

[...] abrange a construção de saberes múltiplos que permitam aos/às estudantes atuarem nas modernas sociedades tecnológicas, cada vez mais complexas também em relação às suas formas de comunicação. Essa atuação requer autonomia de leitura nos diversos campos e suportes e preparo para produzir textos em diferentes modalidades e adequados aos propósitos e às situações de comunicação em que os sujeitos se engajam (BRASIL, 2015, p. 29).

A linguagem é vista como “forma de interação entre os sujeitos” (BRASIL, 2015, p. 41). As políticas públicas e iniciativas como estas servem para um direcionamento da educação no sentido de atender as necessidades do aluno, visando a prática do professor dentro de sala. As pesquisas mostram a evolução ocorrida depois da criação destas políticas para que possam ser dados novos direcionamentos atendendo as demandas que se tornam necessárias. O professor deve levar em consideração estes documentos para que a escola cumpra com seu objetivo, que é o de oferecer educação de qualidade e garantir o acesso ao conhecimento, conseqüentemente promovendo o desenvolvimento da criança.

5 VIVÊNCIAS COM UMA TURMA DE ALFABETIZAÇÃO

Nossas observações e práticas no programa Residência Pedagógica estão sendo feitas com uma turma de 1º ano do ensino fundamental. Poder conviver com essas crianças desde o início do ano nos deu a noção de como é importante que o processo de alfabetização e letramento seja feito desde a educação infantil, com reconhecimento de letras e números, diferenciação do icônico do não icônico.

A chegada ao ensino fundamental deve ser acolhedora para que este momento seja rico e que cause memórias positivas nas crianças. É importante respeitar a fase em que elas se encontram, que é a de transição e familiariza-las com o novo modelo escolar que vão encontrar durante os próximos anos. Nas primeiras observações auxiliamos a professora na busca por este reconhecimento das letras, as letras com imagens foram expostas na sala de aula e as crianças eram recebidas com a música, As letras falam do autor Jaime Zorzi. A música é interativa para que as crianças aprendam o nome das letras

Revista Gepesvida

e seus sons nas palavras. Dentro da metodologia da professora, a música foi o gatilho para as próximas práticas que visavam a relação fonema/grafema.

Nossas práticas com as crianças tiveram o mesmo objetivo, o de que elas conseguissem relacionar a leitura e escrita das palavras. Como tema, escolhemos trabalhar com a literatura infantil. O projeto foi baseado na história do Sítio do Picapau Amarelo de Monteiro Lobato. O principal produto do nosso projeto foi a criação de um livro com os principais personagens do Sítio e cada criança escreveu os nomes dos personagens e os decorou para o seu livro. As escritas foram feitas com o auxílio das professoras e do grande grupo de maneira coletiva para a troca de conhecimentos entre as crianças e para que elas expressassem suas dúvidas em relação a escrita, já praticando a oralidade. Ter um tema que tivesse personagens fez com que as crianças se identificassem com determinados personagens e se envolvessem com o projeto.

No decorrer de nossas práticas percebemos que a música utilizada pela professora no início do ano foi essencial e ficou na memória das crianças para que elas praticassem os fonemas e fizessem a relação com a grafia. O desenvolvimento das crianças durante quatro meses que se fizeram com observações e intervenções no projeto intitulado como O Sítio do Picapau Amarelo e as aventuras da alfabetização foi visível a cada semana que se passava. As crianças queriam aprender, tinham interesse e curiosidades sobre o mundo da escrita e da leitura. Nos momentos de tempo livre, onde elas poderiam brincar com o que quisessem, escolhiam brincar com jogos e brincadeiras que envolvessem o processo de alfabetização. Segundo Soares (2018):

Em outras palavras, o que se propõe é que uma alfabetização bem-sucedida não depende de um método, ou, genericamente, de métodos, mas é construída por aqueles/aquelas que alfabetizam compreendendo os processos cognitivos e linguísticos do processo de alfabetização, e com base neles desenvolvem atividades que estimulem e orientem a aprendizagem da criança, identificam e interpretam suas dificuldades em que terão condições de intervir de forma adequada – aqueles/aquelas que alfabetizam com método (p.333).

Este processo de conscientização das crianças e a vontade de fazer parte do mundo letrado nos toca como professores e neste momento percebemos que independentemente do método utilizado, o que importa é fazer com que esse momento seja significativo e que respeite a individualidade e a vontade das crianças. As crianças também têm o que dizer, não devem apenas escutar, devem ser ativas e ser vistas como

Revista Gepesvida

integrantes da vida em sociedade e na alfabetização devem entender o contexto social que envolve o mundo letrado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escrevermos sobre nossas vivências nos deparamos com a verdadeira práxis, o curso de pedagogia nos dá o aporte teórico necessário, mas só a partir de nossas práticas encontramos nossa identidade pedagógica.

As aventuras da alfabetização... decidimos começar assim, pois não existe palavra que expresse essa experiência. Aventura para nós, acadêmicas que estamos tendo nosso primeiro contato com uma classe de alfabetização. Aventura para as crianças, que estão descobrindo o novo e se inserindo aos poucos em nosso mundo letrado. No curso de pedagogia nos questionamos sobre qual o melhor método para ser utilizado, e nas práticas percebemos que não existe um método ideal. Existe um educador que respeita as individualidades das crianças, que não vê erros no processo de alfabetização e sim progressos que são necessários, vistas as fases expressas na psicogênese da língua escrita. O educador precisa fazer com que o mundo letrado se torne o melhor modo para formar crianças críticas e participantes ativas da vida em sociedade. O verdadeiro educador é aquele que busca, pesquisa, planeja, avalia a si mesmo e replaneja suas próximas práticas, pensando numa educação de qualidade.

Analisando o histórico de alfabetização vivido pelo Brasil ainda nos deparamos com o fracasso. Pensando o futuro vemos a necessidade de que o governo invista em programas como o Residência Pedagógica para formar educadores que se encantem pelas classes de alfabetização, que estudem para este processo, que se dediquem a avaliar suas práticas, visando um país democrático e de direitos para todos. Devemos levar a sério as iniciativas como a Base Nacional Comum Curricular e o Pacto da Alfabetização na Idade Certa, que norteiam nossas práticas e nos dão aporte sobre o que ensinar e como ensinar as crianças.

A tomada de consciência vem de iniciativas que nos dão contato com a realidade que iremos encontrar dentro de sala quando nós formos as professoras regentes, responsáveis pela formação das crianças. Saímos desta etapa de nossa formação com uma vontade de querer mais, de que podemos mais e de que somos capazes de mudar a vida

Revista Gepesvida

das crianças, promovendo a elas que tenham a melhor etapa da sua vida escolar na classe de alfabetização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 03 de dez.2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que> Acesso em: 20 jun. 2019.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Disponível em: http://forumeja.org.br/files/Extensao_ou_Comunicacao1.pdf . Acesso em: 07/07/2019.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita.** Tradução de Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FERREIRO, E. **Educação e Ciência.** Folha de S. Paulo, 3 jun. 1985, p. 14.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 15. ed. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1989.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **INAF: Resultados preliminares.** Brasil, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ez-6jrlrRRUm9JJ3MkwxEUffltjCTEI6/view>. Acesso em 03 de dez.2019.

GONTIJO, Cláudia. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): COMENTÁRIOS CRÍTICOS.** Revista Brasileira de Alfabetização, Espírito Santo, p. 174-190, jul/dez. 2015.

MORTATTI, M. R. L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil.** Conferência proferida durante o Seminário “Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em 03 de dez.2019.

SOARES, M. **Letramento e escolarização.** In: UNESP. Cadernos de formação: Alfabetização. São Paulo: UNESP, p. 79-98, 2003b.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos.** 1.ed. 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018. 384 p.

VYGOTSKY, L. S. **Interação entre aprendizado e desenvolvimento.** In: A formação social da mente. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Data da submissão: 17-08-2019

Data da aceitação: 16-12-2019